



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COSEG/SIMI

RMO DE REFERÊNCIA Nº 16 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COSEG/SIMI

1. OBJETO

1.1. Fornecimento e instalação de divisórias em gesso acartonado para os Cartório da 02a e 48a Zonas Eleitorais – Cachoeiro de Itapemirim. (CATSER 1581-4)

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. Fornecimento e instalação de 38,31 m² de paredes de gesso acartonado com 7 cm de espessura;

2.2. Emassamento com duas demãos de massa corrida à base de PVA, com aplicação de fita nas juntas, nas duas faces das paredes instaladas, totalizando 76,62 m²;

2.3. Pintura com tinta acrílica branco neve SEM ODOR com duas demãos mais uma demão de selador nas duas faces da parede, totalizando 76,62m²;

2.4. Instalação de 01 (uma) porta de madeira medindo 80x210x3,5 cm, com marco e alizar, que será fornecida pelo TRE-ES;

2.5. Indicação dos locais de instalação e demais detalhes do serviço estão na planta em anexo (ADENDO I).

3. ENDEREÇO DO LOCAL DE INSTALAÇÃO

3.1. Av. Francisco Lacerda de Aguiar, n. 381, Bairro Amarelo, CEP 29.304-623, Telefones (28)3522-4827 / (28)3522-6636.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar os serviços referentes ao item 2 de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, com fornecimento de todos os materiais constantes do referido item e demais materiais necessários para a realização dos serviços;

4.2. Executar os serviços em dias úteis no horário compreendido entre 09h00 e 18h00;

4.3. Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços;

4.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;

4.5. Obedecer a melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos quando da execução dos serviços;

- 4.6. Reparar, durante a execução dos serviços, todas as superfícies e elementos acidentalmente atingidas utilizando material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes;
- 4.8. Reparar todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada, sem ônus para a contratante;
- 4.9. Responsabilizar-se pela segurança de seus funcionários durante a execução dos serviços, observando as normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- 4.10. Caso o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de execução dos serviços ou a partir da data do recebimento pela Contratada da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem lhe seja mais favorável;
- 4.11. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual/nota de empenho devidamente assinado em até 3(três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.
- 4.12. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 5.1. O prazo de fornecimento e instalação do objeto será de até **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho.

6. DA VISITA TÉCNICA

- 6.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para certificar-se do serviço e auxiliar na elaboração das propostas, mediante prévio agendamento pelos telefones indicados no item 3;
- 6.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação.

7. DA GARANTIA

- 7.1. Os materiais e serviços deverão ser garantidos por 06 (seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo. Neste período, a empresa compromete-se a reparar ou substituir qualquer material que apresentar defeito advindo da má qualidade ou da má execução do serviço.

8. DAS PROPOSTAS

- 8.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

- 9.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores.

9.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores.

9.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

9.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis.

9.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

10. DAS PENALIDADES

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso na instalação	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional de instalação ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual/confirmação de recebimento da Nota de Empenho.	-----	-----	20%	Total do contrato
Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	0,5%	Total do contrato

10.1. As penalidades acima previstas não se confundem com as regras de indenização em caso de sinistro, que são regulamentadas em normativos específicos.

10.2. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES.

10.3. A solicitação de prorrogação do prazo deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

10.4. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

10.5. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

10.6. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

10.7. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

10.8. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

11.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

Em 18 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DA SILVEIRA GOMES, Chefe de Seção**, em 18/09/2020, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0422916** e o código CRC **11D721FA**.